

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMPLETAS

HIDRELÉTRICA SUCUPIRA S/A

2023





Sumário

RELATÓRIO DA DIRETORIA	3
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	4
BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO	4
BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	7
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	9
NOTAS EXPLICATIVAS	10





Relatório da Diretoria

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias vigentes, apresentamos e submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas encerradas em 31/12/2023.

Agradecemos a todos que ajudaram ativamente no crescimento da empresa durante esse ano, em especial aos acionistas, clientes, fornecedores e colaboradores pela dedicação e confiança depositada.

Nosso compromisso é a busca incessante do sucesso da organização através do trabalho em prol da sociedade, sempre respeitando as normas ambientais.





Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial – Ativo

31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Notas	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	612	222
Consumidores	4	243	492
Tributos compensáveis		7	-
Adiantamentos a fornecedores		197	225
		1.059	939
Não circulante			
Ativo de direito de uso	5	261	1.014
Imobilizado	6	6.275	6.421
Intangível	7	491	491
		7.027	7.926
		8.086	8.865

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





Balanço Patrimonial – Passivo

31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais - R\$)

Passivo

Circulante

Obrigações sociais e trabalhistas		61	47
Impostos a recolher		53	46
Imposto de renda e contribuição social		30	52
Outras contas a pagar		9	19
Passivo de arrendamento	8	10	28
		163	192

Não circulante

Passivo de arrendamento	8	357	1.085
		357	1.085

Patrimônio líquido

Capital social	9	6.100	2.000
Reservas de lucros	9	1.466	5.588

Total do patrimônio líquido **7.566** 7.588

8.086 8.865

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Notas	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	10	2.678	7.605
Custo da geração de energia	11	(1.448)	(1.189)
Lucro bruto		1.230	6.416
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	11	(1.184)	(930)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		46	5.486
Receitas financeiras	12	42	120
Despesas financeiras	12	(32)	(88)
Resultado antes dos impostos		56	5.518
Imposto de renda e contribuição social – correntes	13	(78)	(260)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(22)	5.258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





Demonstração do Resultado Abrangente

31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado do exercício	(22)	5.258
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>(22)</u>	<u>5.258</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Notas	Reservas de lucros				Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 1 de janeiro de 2022		2.000	400	5.330	-	7.730
Lucro líquido do exercício		-	-	-	5.258	5.258
Destinação:						
Dividendos mínimos obrigatórios	9	-	-	-	(1.315)	(1.315)
Dividendos complementares	9	-	-	(142)	(3.943)	(4.085)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		2.000	400	5.188	-	7.588
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(22)	(22)
Capital social		4.100	-	(4.100)	-	-
Absorção de prejuízo		-	-	(22)	22	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		6.100	400	1.066	-	7.566

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa

31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(22)	5.258
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	387	401
Depreciação do ativo de direito de uso	16	54
Despesas de juros de arrendamentos	31	86
Varição nos ativos e passivos		
Adiantamentos a fornecedores	32	-
Consumidores	239	(492)
Impostos a recolher	62	257
Pagamento de juros dos passivos de arrendamento	(31)	(86)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(78)	(260)
Outras contas a pagar	4	(1)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	640	5.223
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de imobilizado e intangível	(240)	(4)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	(240)	(4)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	-	(5.400)
Pagamento dos passivos de arrendamento	(10)	(26)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamento	(10)	(5.426)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	390	(207)
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	222	429
Saldo final no caixa e equivalentes de caixa	612	222
Aumento líquido (redução) em caixa e equivalentes de caixa	390	(207)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais - R\$)

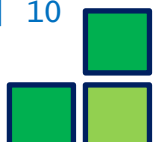
1. Contexto operacional

A Hidrelétrica Sucupira S.A. (“Sucupira” ou “Companhia”), com sede em Jaciara - MT na Estrada Córrego Saia Branca, SN - KM 1,58, Fazenda Jaciara, e com sede administrativa em Curitiba – PR, foi constituída em 17 de agosto de 2006 e tem como objeto social a exploração de atividades de produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. Encontra-se na bacia do Rio Paraguai, Município de Jaciara, Estado de Mato Grosso. A potência instalada possui 4,5 MW, com 3,02 MW médios de garantia física de energia.

A Sucupira recebeu originariamente a autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica em 18 de dezembro de 2002, na modalidade de Pequena Central Hidrelétrica (PCH), com validade por 30 anos. A autorização para início da Operação Comercial foi emitida em 17 de outubro de 2008. Em 30 de abril de 2018 a Sucupira obteve da ANEEL a Declaração de Registro de Central Geradora, passando com isso para a modalidade de Central Geradora Hidrelétrica (CGH) com prazo indeterminado.

O fluxo de caixa da Hidrelétrica Sucupira S.A., no exercício de 2023, foi impactado pelo baixo preço do valor de energia no mercado livre, bem como ao fato da geração de energia ter ficado abaixo da média histórica devido ao volume de chuvas ter sido inferior à média da região quando comparado com períodos anteriores e consequentemente impactando no resultado financeiro.

Existe a expectativa no mercado, de que durante o ano de 2024, o valor da energia no curto prazo se mantenha no 1º semestre próximo ao valor do piso de R\$61,07/MWh (mais o spread da energia incentivada I5) e com perspectivas de pequena elevação no 2º semestre do ano, a qual dependerá de fatores externos tais como aumento na



demanda, nível de produção conforme volume pluviométrico, dentre outros fatores mercadológicos.

A Hidrelétrica Sucupira S.A. iniciará o fornecimento da energia já vendida de 0,50 MWm para o ano de 2025 com preço projetado de aproximadamente R\$178,00/MWh, e outro contrato de energia já vendida de 0,50 MWm, com fornecimento de 01/01/2025 à 31/12/2027 e com preço projetado em 2025 de aproximadamente R\$188,00/MWh, o qual trará melhor equilíbrio no fluxo de caixa e resultará num melhor resultado econômico da Companhia.

2. Políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

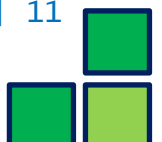
2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável, provisão para liquidação de créditos duvidosos, provisão para contingências, entre outras.

Apesar de refletirem a melhor estimativa possível por parte da administração, a liquidação nas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores



diferentes dos estimados em razão das imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Reconhecimento de contrato de cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ao cliente.

A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que estão atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Os registros das operações venda no mercado livre e regulado são reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com as informações contratuais.

2.6 Receitas financeiras e despesas financeiras

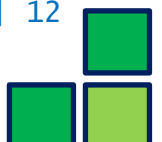
As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

2.7 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente foram apurados de acordo com a sistemática denominada lucro presumido, em que o imposto de renda é calculado sobre a presunção de 8% da receita bruta pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada sobre a presunção de 12% sobre a alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes.



(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

2.8 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

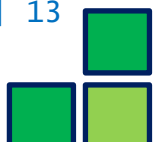
Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL (MCSE), das quais são revisadas periodicamente. A depreciação é reconhecida no resultado.



A Companhia opera na modalidade Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH), prazo indeterminado de autorização para operação. Portanto, a Administração aplica de forma consistente as taxas determinadas pelo MCSE.

As taxas de depreciação estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Classes de imobilizado	Taxa de depreciação anual
Edificações, obras e benfeitorias	2,50%
Turbinas hidráulicas	2,00%
Reservatórios, barragens e adutoras	2,86 a 6,25%
Máquinas, equipamentos e ferramentas	3,30%
Geradores	3,57%
Painel de comando	16,67%
Equipamentos de informática	14,29%
Veículos	6,25%
Móveis e utensílios	3,33%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.9 Intangível

(i) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:



<u>Classes de intangível</u>	<u>Taxa de amortização anual</u>
Diretos de outorga	4,00%

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.10 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

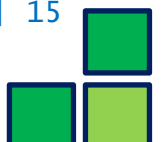
Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA-instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.



Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

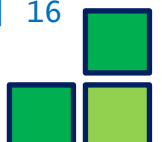
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.



(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.11 Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32.



2.12 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

2.13 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

2.14 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

2.15 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo o pronunciamento contábil CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.16 Arrendamentos

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os



arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de seu início. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos desta espécie efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos recebidos desta modalidade.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e



- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de informática. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

2.17 Novas normas e interpretações de normas emitidas

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras.

- IFRS 17 – Contratos de Seguro: Classificação de passivos como circulante ou não circulante;
- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis;
- Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis;
- Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.

(ii) Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas,



se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas.

- Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento). As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06);
- Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente;
- Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa	23	24
Bancos	158	110
Aplicações financeiras (i)	431	88
	<u>612</u>	<u>222</u>

(i) As aplicações financeiras são, substancialmente, remuneradas a taxas de aproximadamente 98% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Por tratar-se de operações de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

4. Consumidores

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2022, foi no montante de R\$ 492 correspondente ao fornecimento faturado a receber, decorrentes de venda de energia elétrica. O saldo da conta em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 243, corresponde ao registro da provisão de receita não faturada, decorrente da energia elétrica gerada no mês de dezembro de 2023.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber.

5. Ativo de direito de uso

Na transição para o CPC 06 (R2) - Arrendamento mercantil, a Companhia reconheceu



ativos adicionais de direito de uso e passivos adicionais de arrendamento. O impacto na transição e a movimentação do período estão resumidos abaixo:

	2023	2022
Ativo reconhecido em 01 de janeiro	1.014	890
Atualizações do contrato	(737)	178
Amortização do ativo de direito de uso	(16)	(54)
Em 31 de dezembro	261	1.014

6. Imobilizado

	Taxa de depreciação % a.a.	2023		2022	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	12	-	12	12
Edificações, obras e benfeitorias	3,33%	6.236	(3.450)	2.786	3.166
Turbinas hidráulicas	2,50%	1.477	(567)	910	951
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%	1.047	-	1.047	910
Máquinas, equipamentos e ferramentas	2,86 a 6,25%	1.242	(853)	389	401
Geradores	3,30%	1.189	(431)	758	574
Painel de comando	3,57%	712	(375)	337	366
Equipamentos de informática	16,67%	47	(15)	32	37
Veículos	14,29%	7	(7)	-	-
Móveis e utensílios	6,25%	27	(23)	4	4
		11.996	(5.721)	6.275	6.421

Movimentação do custo no exercício

	2023				2023
	2022	Adições	Baixas	Transferências	
Terrenos	12	-	-	-	12
Edificações, obras e benfeitorias	6.236	-	-	-	6.236
Turbinas hidráulicas	1.477	-	-	-	1.477
Reservatórios, barragens e adutoras	1.047	-	-	-	1.047
Máquinas, equipamentos e ferramentas	1.226	16	-	-	1.242
Geradores	964	225	-	-	1.189
Painel de comando	712	-	-	-	712
Equipamentos de informática	47	-	-	-	47
Veículos	7	-	-	-	7
Móveis e utensílios	27	-	-	-	27
	11.755	241	-	-	11.996



	2022				2022
	2021	Adições	Baixas	Transferências.	
Terrenos	12	-	-	-	12
Edificações, obras e benfeitorias	6.236	-	-	-	6.236
Turbinas hidráulicas	1.477	-	-	-	1.477
Reservatórios, barragens e adutoras	1.047	-	-	-	1.047
Máquinas, equipamentos e ferramentas	1.226	-	-	-	1.226
Geradores	964	-	-	-	964
Painel de comando	712	-	-	-	712
Equipamentos de informática	43	4	-	-	47
Veículos	7	-	-	-	7
Móveis e utensílios	27	-	-	-	27
	11.751	4	-	-	11.755

Movimentação da depreciação no exercício

	2023				2023
	2022	Adições	Baixas	Transferências	
Edificações, obras e benfeitorias	(3.070)	(242)	-	(138)	(3.450)
Turbinas hidráulicas	(526)	(40)	-	-	(566)
Reservatórios, barragens e adutoras	(138)	-	-	138	-
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(825)	(29)	-	-	(854)
Geradores	(390)	(41)	-	-	(431)
Painel de comando	(346)	(28)	-	-	(374)
Equipamentos de informática	(10)	(5)	-	-	(15)
Veículos	(7)	-	-	-	(7)
Móveis e utensílios	(23)	(1)	-	-	(24)
	(5.335)	(386)	-	-	(5.721)

	2022				2022
	2021	Adições	Baixas	Transferências	
Edificações, obras e benfeitorias	(2.850)	(220)	-	-	(3.070)
Turbinas hidráulicas	(489)	(37)	-	-	(526)
Reservatórios, barragens e adutoras	(138)	-	-	-	(138)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(761)	(64)	-	-	(825)
Geradores	(358)	(32)	-	-	(390)
Painel de comando	(321)	(25)	-	-	(346)
Equipamentos de informática	(9)	(1)	-	-	(10)
Veículos	(7)	-	-	-	(7)
Móveis e utensílios	(22)	(1)	-	-	(23)
	(4.955)	(380)	-	-	(5.335)

Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a



Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar problemas de recuperabilidade.

7. Intangível

	Taxa de depreciação % a.a.	2023		2022	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Diretos de outorga (i)	4,00%	291	-	291	291
Direito de estudos	-	193	-	193	193
Servidões de passagem	-	7	-	7	7
		491	-	491	491
		2022		2021	
	Taxa de depreciação % a.a.	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Diretos de outorga (i)	4,00%	312	(21)	291	312
Direito de estudos	-	193	-	193	193
Servidões de passagem	-	7	-	7	7
		512	(21)	491	512

(i) Direito de outorga refere-se ao montante pago pelo direito de exploração do potencial hidráulico relativos a Hidrelétrica Sucupira.

8. Passivo de arrendamento

a. Arrendamentos como arrendatário

A Companhia arrenda frações de terra onde está instalada a sua unidade hidrelétrica, com contrato que tem mesmo prazo da autorização de operação do empreendimento. A taxa de desconto usada foi de 8,00% ao ano, que é a taxa de incremental da Companhia.

	2023	2022
Arrendamentos		
Em 1º de janeiro	1.113	961
Atualizações	(737)	178
Juros apurados	31	86
Amortização do arrendamento	(10)	(26)
Pagamento dos juros	(31)	(86)
	367	1.113
Em 31 de dezembro		
Circulante	10	28
Não circulante	357	1.085

9. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2023, está representado por 610.000 ações nominativas, sendo valor integralizado de R\$ 6.100.

Em 26 de maio de 2023, houve um aporte de capital no montante de R\$ 4.100, mediante aproveitamento de reserva de lucros.

Participação societária

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social encontrava-se distribuído entre os seguintes acionistas:

	<u>Ações (Qtde)</u>	<u>Percentual (%)</u>	<u>Valor</u>
Paineira Participações e Empreendimentos Ltda.	130.031.250	65,01	1.300
Electra Participações Ltda	18.000.000	9,00	180
Alberto de Andrade Pinto	9.000.000	4,5	90
Elisabete Klein	9.000.000	4,5	90
Safira Investimentos e Participações Ltda.	7.984.375	3,99	80
Topázio Investimentos e Participações Ltda.	7.984.375	3,99	80
Ocimar de Camargo Villela	6.000.000	3,00	60
Roberto Anselmo Rubert	6.000.000	3,00	60
Illumini Empreendimentos e Participações Ltda.	6.000.000	3,00	60
	<u>200.000.000</u>	<u>100,00</u>	<u>2.000</u>

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social encontrava-se distribuído entre os seguintes acionistas:

	<u>Ações (Qtde)</u>	<u>Percentual (%)</u>	<u>Valor</u>
Paineira Participações e Empreendimentos Ltda.	396.595.314	65,01	3.966
Electra Participações Ltda	54.900.000	9,00	549
Alberto de Andrade Pinto	27.450.000	4,5	274
Elisabete Klein	27.450.000	4,5	274
Safira Investimentos e Participações Ltda.	24.352.343	3,99	244
Topázio Investimentos e Participações Ltda.	24.352.343	3,99	244
Ocimar de Camargo Villela	18.300.000	3,00	183
Roberto Anselmo Rubert	18.300.000	3,00	183
Jorge Akamine	6.100.000	1,00	61
Villaggio Eventos e Negócios Ltda	6.100.000	1,00	61
Walter Alves Gomes Junior	6.100.000	1,00	61
	<u>610.000.000</u>	<u>100,00</u>	<u>6.100</u>

b. Reserva legal

De acordo com Estatuto Social, dos lucros apurados no exercício social destinar-se-ão 5% (cinco por cento) para formação da reserva legal, limitando-se a 20% (vinte por cento) do capital social.



Em 2023 não ocorreu movimentação em Reserva Legal, pois a empresa apresentou prejuízos no período.

c. Distribuição de dividendos

De acordo com o Estatuto Social, dos lucros apurados no exercício, após constituição da reserva legal, serão destinados em montante não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) para dividendo mínimo obrigatório, e a quantia remanescente será distribuída de acordo com a decisão dos acionistas que representarem 64% do capital da Companhia deliberado em Assembleia Geral.

Durante o exercício de 2023, não ocorreu a distribuição dos lucros para os acionistas (R\$ 5.400 em 2022).

	2023	2022
Prejuízo/Lucro líquido do exercício	(22)	5.258
(-) Absorção de prejuízo	22	-
Base para dividendos	0	5.258
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	-	1.315
Dividendos adicionais	-	4.085
	-	5.400

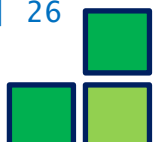
d. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros corresponde a transferência dos lucros acumulados para a reserva de lucros nos termos da lei, deduzindo a distribuição de dividendos e reserva legal.

No exercício de 2023 a empresa apresentou Prejuízo do Exercício o qual foi transferido para a Reserva de Retenção de Lucros.

No exercício através da reserva de retenção de lucros foi realizado o Aumento do Capital Social, conforme a 26ª Assembleia Geral Extraordinária registrada em 28/07/2023.

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2023, está representado pelo montante de 1.066.





10. Receita líquida de venda de energia

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita bruta		
Receitas com venda de energia elétrica	<u>2.780</u>	<u>7.893</u>
Deduções		
Cofins sobre vendas	(84)	(51)
Pis sobre vendas	<u>(18)</u>	<u>(237)</u>
	<u>(102)</u>	<u>(288)</u>
	<u><u>2.678</u></u>	<u><u>7.605</u></u>

11. Custos e despesas por natureza

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Serviços de terceiros	(460)	(312)
Depreciação	(387)	(380)
Salários e encargos	(659)	(573)
Impostos e taxas	(447)	(402)
Manutenção de peças e equipamentos	(259)	(207)
Depreciação do ativo de direito de uso	(16)	(54)
Custo de compra de energia elétrica - CCEE	(329)	(102)
Amortização	-	(21)
Combustíveis	(33)	(22)
Fretes	(20)	(11)
Outros custos e despesas	<u>(22)</u>	<u>(35)</u>
	<u>(2.632)</u>	<u>(2.119)</u>
Custos de geração de energia	<u>(1.448)</u>	<u>(1.189)</u>
Despesas gerais e administrativas	<u>(1.184)</u>	<u>(930)</u>
	<u><u>(2.632)</u></u>	<u><u>(2.119)</u></u>

12. Resultado financeiro líquido

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	<u>42</u>	<u>120</u>
	<u>42</u>	<u>120</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre passivo de arrendamento	(31)	(86)
Outras despesas financeiras	-	(1)
Despesas bancárias	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
	<u>(32)</u>	<u>(88)</u>



13. Imposto de renda e contribuição social

Valores reconhecido no resultado do exercício e conciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrado como segue:

(i) Imposto de renda pessoa jurídica lucro presumido

	2023	2022
Receitas com venda de energia elétrica	2.780	7.893
Presunção 8%	222	631
Receita financeira	42	120
Outros	-	-
Base de cálculo IRPJ presumido	264	751
IRPJ 15%	40	113
Base de cálculo adicional IRPJ	40	511
Adicional IRPJ 10%	4	51
IRPJ a pagar	44	164

(ii) Contribuição social sobre lucro líquido lucro presumido

	2023	2022
Receitas com venda de energia elétrica	2.780	7.892
Presunção 12%	334	947
Receita financeira	42	120
Outros	-	-
Base de cálculo CSLL presumido	376	1.067
CSLL a pagar	34	96
IRPJ e CSLL - correntes	78	260

14. Provisão para contingências

A Companhia não mantém processos judiciais como polo passivo, com risco de perda possível ou provável. Desta forma a Administração entende não ser necessária a constituição de provisão para eventuais perdas.

15. Instrumentos financeiros

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.



15.1 Valor justo e classificação os instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram os seguintes:

Bancos, aplicações financeiras, contas a receber e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.

	2023		2022		Mensuração do Valor Justo	Classificação por Categoria
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
Ativo						
Bancos	158	158	110	110	-	Custo amortizado
Aplicações financeiras	431	431	88	88	Nível II	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	243	243	492	492	-	Custo amortizado
	<u>832</u>	<u>832</u>	<u>690</u>	<u>690</u>		
Passivo						
Fornecedores	9	9	19	19	-	Custo amortizado
	<u>9</u>	<u>9</u>	<u>19</u>	<u>19</u>		

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado a CGH.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados de manutenção com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é aquele onde a Companhia poderá incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, em razão da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do caixa e equivalentes de caixa e demais instrumentos financeiros apresentados na demonstração financeira.

	Valor contábil	
	2023	2022
Bancos	158	110
Aplicações financeiras	431	88
Consumidores	243	492
	<u>832</u>	<u>690</u>



O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas. Essas aprovações são estabelecidas a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o risco de perdas no caso de potencial falência de uma contraparte.

A exposição máxima do Companhia ao risco de crédito em relação aos saldos de bancos e aplicações financeiras do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é o valor contábil respectivo, conforme demonstrado na Nota 3.

O risco de crédito do cliente é administrado pela Companhia, estando sujeito a gerenciamento de risco de crédito do cliente. Os recebíveis de consumidores em aberto são monitorados regularmente e uma análise de redução ao valor recuperável é efetuada a cada exercício buscando avaliar as perdas de crédito esperadas.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é aquele em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

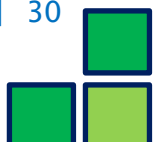
A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Garantias

A Companhia não tem ativos dados em garantia em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Instrumentos financeiros e depósitos bancários

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pelos acionistas, avalizadas pela Diretoria, respeitando limites de crédito definidos, os



quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é aquele que sofre alterações nos preços de mercado, tais como taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é administrar e controlar as exposições a esses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Análise de sensibilidade de valor justo para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2023:

Valor exposto	Risco	Provável	25%*	50%*
431	Queda do CDI	40	30	20
	Impacto no resultado		(10)	(20)

(*) Conforme previsões de mercado, os índices de CDI considerados foram de 9,25%.

Valor justo

O justo valor dos ativos e passivos financeiros se equivalem aos respectivos valores contábeis.

16. Cobertura de seguros

A companhia não possui seguro de riscos operacionais.

Paulo Henrique Gulin Gomes
Diretor
CPF: 033.948.829-81

Walter Camargo
Contador
CRC - PR 034155/O-9
CPF: 772.562.399-04

